Sendo a escola o primeiro espaço formal onde se dá o desenvolvimento de cidadãos, nada melhor que por aí se dê o contato sistematizado com o universo artístico e suas linguagens: arte visual, teatro, dança, música e literatura. (RUBIO, 2003, p.75).
Rubio (2003) relata que esse processo pedagógico busca a dinâmica entre o sentir, o penar e o agir, pois promove a interação entre saber e prática relacionados à história, às sociedades e às culturas, possibilitando uma relação ensino/aprendizagem de forma efetiva, a partir de experiências vividas, múltiplas e diversas, considerando também nesta proposta a vertente lúdica como processo e resultado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato com a arte ocorre diariamente, considerando que os processos de criação e transformação não são estáticos e nos oferecem diversos produtos artísticos. Sendo assim, a escola deve trabalhar os conceitos de arte pensando num ensino contextualizado, buscando informações e produções artístico culturais da realidade do aluno contribuindo, assim, para que essas atividades sejam inseridas no seu cotidiano e tornem o aprendizado mais motivador. O professor de Artes deve estar em constante processo de atualização, de estudo e de pesquisa, pois essa é uma área da educação muito ampla e cheia de particularidades.
Assim, um projeto interdisciplinar é importante conciliar os conteúdos trabalhados, percebendo nessa experiência o quanto é possível mediar os conhecimentos aguçando a curiosidade dos educandos, mostrando a eles que não existe nem certo e nem errado, pois, quando estão construindo um saber, o conhecimento do aluno não é construído de maneira irregular, o desenvolvimento do potencial criativo através da Arte é pertinente ao projeto.
A arte é um conhecimento construído pelo homem através dos tempos, sendo uma das formas de comunicação entre indivíduos, possibilitando a compreensão do mundo das culturas e, em particular, sua concepção histórico cultural de aprendizagem associa a incorporação das tecnologias na prática pedagógica como instrumentos mediadores no aprendizado..

REFERÊNCIAS

BARLACH, Bruna. Arte/Educação No Projeto Interdisciplinar de Reorientação Curricular Proposto Por Paulo Freire Para a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. São Paulo: PIBIC, 2013.
CALDAS, Felipe Rodrigo; HOLZER, Denise Cristina; POPI, Janice Aparecida Popi. A interdisciplinaridade em arte: algumas considerações. UDESC, 2017.
COSTA, Ecirlandia Dias da. Projeto educativo em artes visuais: arte e história uma proposta interdisciplinar. Tarauacá: Universidade de Brasília, 2012.
MACHADO, Carla Adriana. O ensino de arte na educação básica: um olhar para a música e a interdisciplinaridade. Cerro Largo, RS: UFFS, 2013.
MALLMANN, Carina. A arte na história: para uma prática interdisciplinar em sala de aula. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.
RUBIO, Claudete Paganucci. ARTE-EDUCAÇÃO. Revista Nucleus, v.1, n.1, out.
/abr. 2003.

DIFERENÇAS E PRECONCEITO NA ESCOLA

VANESSA FERNANDES DOS SANTOS

RESUMO
O preconceito no Brasil se apresenta diante de várias formas, de forma sutil e disfarçada, oculta sob falsos aspectos e em particular, no âmbito educacional deveria ser assunto onde a Lei tem a necessidade de atuar com rigor, por que fere a Constituição e contradiz o Estatuto da Criança e do Adolescente. A sua propagação e incentivo nas redes educacionais, com vistas à perpetuação da sua prática, é nutrida pelos editores de livros didáticos e pelos próprios professores que se enriquecem com o consentimento do Estado e aprovação da sociedade. O professor deve servir de ponte para que o aluno possa transpor toda a exclusão social que nada mais é do que um reflexo dos valores familiares que se estende no âmbito escolar. Alternativas que conduzam a sociedade fazer uma tomada de consciência a respeito da prática preconceituosa e em conseqüência passe a aceitar a criança negra, desmistificando a visão de que é um deficiente ou uma coisa sem o menor valor, passando a respeitar e admirar suas aptidões e, sobretudo suas diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito; Relação; Exclusão social.

ABSTRACT

Prejudice in Brazil presents itself in various forms, in a subtle and disguised way, hidden under false aspects and in particular, in the educational sphere, it should be a subject where the Law needs to act with rigor, because it violates the Constitution and con-

tradicts the Child and Adolescent Statute. Its propagation and encouragement in educational networks, with a view to perpetuating its practice, is nurtured by textbook publishers and by teachers themselves who enrich themselves with the consent of the State and the approval of society. The teacher should serve as a bridge so that the student can overcome all social exclusion that is nothing more than a reflection of the family values that extends in the school environment. Alternatives that lead the society to make an awareness of the prejudiced practice and consequently to accept the black child, demystifying the view that is a handicapped or something without value, and respect and admire their skills and, especially their differences.
KEYWORDS: Prejudice; Relationship; Social exclusion.

INTRODUÇÃO

Segundo Souza (2001) todo o processo de ensino-aprendizagem supõe a presença de no mínimo três elementos: professor, aluno e assunto. Este professor e este aluno estabelecem tal integração, ficando submetidos a interações psicológicas recíprocas que, muitas vezes, modificam-nos profundamente.

Temos o conhecimento de que um professor não limita sua influência a conselhos técnicos, não é apenas guia do aluno através do labirinto da sua própria existência. Graças à ação persuasiva de sua presença deslinda as contradições íntimas: explica cada um a cada um, apontando os rumos decisivos. O convívio do professor e do aluno, não depende exclusivamente da qualidade de ensino, mas do encontro entre pessoas. Neste diálogo franco, nesta interação professor-aluno, neste "encontro entre pessoas" estão presentes os valores, os conceitos e preconceitos observados em sua época.

Ao professor cabe facilitar a aprendizagem para o aluno, pois é este quem aprende. Como a aprendizagem não é apenas cognitiva, valores, sentimentos e atitudes são aprendidos. O professor, através da interação com os alunos, pode modificar seus próprios valores. Mas temos visto que o mais comum, na relação professor-aluno, é o aluno sofrer maior influência do professor.

Lidar com a diversidade, seja ela racial, social, econômica ou religiosa, não é fácil. Mas é tarefa de quem educa, pai ou professor. Porque aprender a viver em comunidade é saber lidar com as diferenças de qualquer natureza.

Ampliar os horizontes de crianças e jovens, tirá-los de sua "redoma" e educá-los para o respeito às mais diversas crenças é essencial nos tempos modernos. Fundamental para quem deseja a paz e a harmonia. Na era da globalização o grande desafio reside na valorização de diferentes culturas para que elas se completem e se ajudem.

A sociedade brasileira caracteriza-se por uma pluralidade étnica, sendo este produto de um processo histórico que inseriu num mesmo cenário três grupos distintos: portugueses, índios e negros de origem africana. Esse contato favoreceu o intercurso dessas culturas, levando à construção de um país inegavelmente miscigenado, multifacetado, ou seja, uma unicidade marcada pelo antagonismo e pela imprevisibilidade.

Apesar do intercurso cultural descrito acima, esse contato desencadeou alguns desencontros. As diferenças se acentuaram, levando à formação de uma hierarquia de classes que deixava evidentes a distância e o prestígio social entre colonizadores e colonos. Os índios e, em especial, os negros permaneceram em situação de desigualdade situando-se na marginalidade e exclusão social, sendo esta última compreendida por uma relação assimétrica em dimensões múltiplas – econômica, política, cultural. Sem a assistência devida dos órgãos responsáveis, os sujeitos tornam - se alheios ao exercício da cidadania.

A instituição escolar é responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelecem relações com crianças de diferentes núcleos familiares. Esse contato diversificado poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões raciais. A relação instituída entre crianças negras e brancas numa sala de aula pode acontecer de modo tenso, ou seja, excluindo, segregando, possibilitando que a criança negra siga em alguns momentos uma postura introvertida, por receio de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu grupo social. O discurso do opressor pode ser incorporado por algumas crianças de modo maciço, passando então a se reconhecer dentro dele: "preta, feia, fedorenta, cabelo duro", iniciando o processo de desvalorização de seus atributos individuais, que interferem na construção da sua identidade de criança.

1. A DIVERSIDADE ESCOLAR

O nosso cotidiano escolar está impregnado do mito da democracia racial – um dos aspectos da cultura da classe dominante que a escola transmite, pois representa as classes privilegiadas e não a totalidade da população, embora haja contradições no interior da escola que possibilitam problematizar essa cultura hegemônica, não desprezando as diversidades culturais trazidas pelos alunos. Assim, apesar de a escola inculcar o saber dominante, essa educação problematizadora poderia tornar mais evidente a cultura popular.

A proposta de uma educação voltada para a diversidade coloca a todos nós, educadores, o grande desafio de estar atentos às diferenças econômicas, sociais e raciais e de buscar o domínio de um saber crítico que permita interpretá-las.

Toda a discriminação é promovida e reforçada na educação escolar de diversas formas. As condições salariais, a desvalorização do professor, a pouca atenção que muitos governos vêm dando à escola pública são alguns dos fatores que fazem com que o próprio educador acabe, sem perceber, reproduzindo e reforçando a discriminação e o preconceito, os quais geram a violência.

A problemática da cultura está hoje no centro das atenções dos sistemas educacionais verdadeiramente comprometidos com a formação dos educadores e de profissionais de diversas áreas, para o século XXI. Nenhum deles pode ignorar as difíceis questões do multiculturalismo, das diferenças de raça, gênero, etnia, sexuais, religiosas, de linguagem, de região, da ética. Essas questões exercem um papel importante na definição do significado e do propósito da escolarização, no que significa ensinar e na forma como os estudantes devem ser formados para viver em um mundo que será amplamente globalizado, com alta tecnologia e racialmente diverso que em qualquer outra época na história. Face a este quadro, parece-nos importante produzir uma nova rede de relações sociais e redescobrir o significado da educação formal, no seu valor prático, para todos os grupos sociais e não apenas para alguns privilegiados. Parece-nos igualmente importante, tentar devolver à educação o seu valor como uma agência mediadora para que através dela se revalorizem as varias culturas étnicas.

A discriminação e o preconceito reproduzidos em salas de aula por muitos professores assustam num primeiro momento, mas revelam como o desrespeito pela diversidade humana está inserido no sistema. O professor reproduz muitas vezes idéias e conceitos que vêm dos modelos institucionais e que promovem a discriminação social, racial, étnica, religiosa, cultural.

A discriminação é promovida e reforçada na educação escolar de diversas formas. As condições salariais, a desvalorização do professor, a pouca atenção que muitos governos vêm dando à escola pública são alguns dos fatores que fazem com que o próprio educador acabe, sem perceber, reproduzindo e reforçando a discriminação e o preconceito, os quais geram a violência.

As escolas, como instituições de socialização têm como tarefa expandir as capacidades humanas, favorecer análises e processos de reflexão em comum da realidade, desenvolver nos alunos procedimentos e habilidades imprescindíveis para sua atuação responsável, crítica, democrática e solidária na sociedade.

Essas sensibilidades e capacidades devem ser capazes de realizar análise críticas, por exemplo, aos materiais didáticos utilizados em sala de aula e que com freqüência são veículos por excelência de todo o tipo de preconceitos que levam à discriminação e até á violência.

Os recursos didáticos devem ser acompanhados de propostas inovadoras de materiais escolares interculturais que possam servir de suporte para a elaboração de atividades, dado que uma das dificuldades manifestadas pelos professores para desenvolver temas transversais nas suas escolas se deve à falta de materiais alternativos ao clássico livro didático. A formação docente exige uma revisão dos materiais utilizados por cada professor e daqueles já publicados que possam ser incorporados ao currículo escolar, quer sejam: livros de contos, canções de autores contemporâneos sobre temas de racismo e multiculturalismo, álbuns de fotografias, vídeos educativos, atividades sugeridas pelos coletivos a resolução de conflitos de forma educativa, ou estratégias de educação moral e ensino de valores.

Em suma, a instituição educacional precisa constituir-se em uma instância de promoção de auto-reflexão e do desenvolvimento de sensibilidades e das capacidades intelectuais e operativas, embasadas em valores éticos necessários á formação de profissionais comprometidos com a construção de sociedades mais solidárias.

1.1 - O PRECONCEITO E SUA DEFINIÇÃO

Dentre outras proposições, o dicionário escolar da língua portuguesa Michaelis define preconceito como: - “conceito ou opinião formada antes de ter os conhecimentos adequados; antipatia ou aversão a outras raças, religiões, classes sociais, etc.”.

Segundo Clark (1947, apud Kenneth 1947 p.302), e publicaram um estudo demonstrando que “crianças negras, algumas das quais com apenas 3 anos de idade, já se tinham convencido de que ser negro não é uma coisa boa: elas rejeitavam bonecas pretas, sentindo que bonecas brancas eram mais bonitas e geralmente superiores.” Como escreveu Aronson (1979, p205), isto sugere que as vantagens educacionais do “separado mas igual” nunca são iguais, pois fazem a criança das minorias saber que ela está sendo segregada, porque há qualquer coisa errada com ela.

Os preconceitos são resultantes da ignorância e da intolerância, os mais evidentes no Brasil, os mais velados, incidem contra as:

Mulheres – caracterizado por uma das ações, que é o machismo diante das profissões e da igualdade de direitos. Homossexuais – assinalados pela rejeição, aversão, antipatia e por uma das piores formas que são as campanhas de mudança de comportamento. Idosos – apontados, entre outros, pelo desprezo, pela negação, pela ironia e pelo falso e “protetor” carinho. Jovens – apresentados pelas discriminações dos adultos, do Estado, do professor, dos mais velhos, das leis e da família. Gordos –

quase sempre vêm revestidos de piadas maldosas e de “brincadeiras”. Baixinhos – congregam humilhação, gozação e deboche. Portadores de deficiência - que são discriminados quando lhe é negado o acesso de convivência na sociedade, pois são considerados inúteis. Migrantes – rejeições as pessoas que são de outras regiões, e carregado de expressões pejorativas. Preconceito social – caracteriza pelo pensamento elitista e transparece uma forma de preconceito de um individuo para com o outro, centralizado na divisão de classes. Anti-semitismo – discriminação contra os judeus. Lingüístico – caracterizado pelo “sotaque” ou regionalismo e nutrido diariamente em programas de televisão e de rádio, colunas de jornais e revistas. Racial - determinado pela atribuição de características negativas e de inferioridade.

1.2 - O PRECONCEITO RACIAL NA ESOLA

Um dos preconceitos mais comuns na escola é o preconceito racial. Diversos autores preocuparam-se com a relação entre racismo e educação, desenvolvendo pesquisas nessa linha com crianças pobres de periferia urbana ou do meio rural, e tinha como objetivo verificar de que forma estigmas e estereótipos se fixam na vida do negro. Para tal, foram analisados desenhos nos quais foi possível observar como se estrutura o mundo simbólico e de que forma as crianças olham o mundo e são olhadas por ele. No universo investigado, incluiu-se também o sistema educacional.

Por meio dos desenhos, foi possível observar qual a compreensão tida pelos dois mundos: brancos/negros. O branco foi representado como vinculado ao que é civilizado, urbano, bem apresentado, sorridente, enquanto o negro seria o inverso: meio rural, ligado ao trabalho físico, desprovido de dinheiro e de possibilidades. A imagem do negro é mutilada de atribuições positivas, é representada pelas crianças como um mundo triste, marcado pela violência e pela distância real e simbólica entre brancos/negros.

Em outra pesquisa realizada com crianças de escola pública de Campinas, Oliveira investigou como eram estabelecidas as relações entre crianças negras e brancas em uma sala de aula. Foi observado que os dois grupos se relacionavam de modo tenso, segregando, excluindo. A criança negra mantinha-se em uma postura introvertida, recusando-se em muitos momentos a participar das atividades propostas, com medo de que os outros rissem dela, ou seja, para não ser rejeitada ou ridicularizada, ela preferia calar sua voz e sua dor. Isso ilustra o quanto uma situação social pode silenciar as crianças negras, reduzindo-as a um estado quase de mutismo e invisibilidade em sala de aula, levando-as a profundo desconforto, intensificado pelo sentimento de não-pertença.

Em atividade proposta em sala de aula, foi solicitado às crianças que falassem sobre si em uma redação. A criança negra se auto-referia de modo depreciativo, descrevendo-se a partir do discurso dos seus colegas: “feia, preta, fedorenta, cabelo duro”. Não se sentia desejada, portanto, pelos meninos como as suas outras colegas que tinham um cabelo grande e liso.

A escola é responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelecem relações com crianças de diferentes núcleos familiares. Esse contato diversificado poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões raciais. A relação estabelecida entre crianças brancas e negras numa sala de aula pode acontecer de modo tenso, ou seja, segregando, excluindo, possibilitando que a criança negra adote em alguns momentos uma postura introvertida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu grupo social. O discurso do opressor pode ser incorporado por algumas crianças de modo maciço, passando então a se reconhecer dentro dele: “feia, preta, fedorenta, cabelo duro”, iniciando o processo de desvalorização de seus atributos individuais, que interferem na construção da sua identidade de criança.

A exclusão simbólica, que poderá ser manifestada pelo discurso do outro, parece tomar forma a partir da observação do cotidiano escolar. Este poderá ser uma via de disseminação do preconceito por meio da linguagem, na qual estão contidos termos pejorativos que em geral desvalorizam a imagem do negro.

O cotidiano escolar pode demonstrar a (re) apresentação de imagens caricatas de crianças negras em cartazes ou textos didáticos, assim como os métodos e currículos aplicados, que parecem em parte atender ao padrão dominante, já que neles percebemos a falta de visibilidade e reconhecimento dos conteúdos que envolvem a questão negra.

Essas mensagens ideológicas tomam uma dimensão mais agravante ao pensarmos em quem são seus receptores. São crianças em processo de desenvolvimento emocional, cognitivo e social, que podem incorporar mais facilmente as mensagens com conteúdos discriminatórios que permeiam as relações sociais, aos quais passam a atender os interesses da ideologia dominante, que objetiva consolidar a suposta inferioridade de determinados grupos. Dessa forma, compreendemos que a escola tanto pode ser um espaço de disseminação quanto um meio eficaz de prevenção e diminuição do preconceito.

2. - CRIANÇA NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR

As experiências negativas vivenciadas pelas crian-

ças negras no modelo de sociedade discriminatória brasileira fazem com que elas sejam levadas a construir negativamente imagens sobre si próprias. A escola pública, no entanto, que é basicamente constituída pela população empobrecida, filhos de trabalhadores, em sua maioria negra, deverá atentar para o perfil psicológico e o quadro adverso em que se desenvolve a socialização desse seu público alvo.

Certamente, a história de vida dessa população deverá ser o ponto de partida para o favorecimento de seu processo de construção de conhecimento. Incorporar, ao seu cotidiano, estratégias que contemple as necessidades específicas desses alunos é dever de todo profissional de educação e, em especial, daquele que atua na escola pública e a deseja de qualidade! Isto quer dizer que as propostas curriculares brasileiras deverão fundamentar-se em princípios norteadores de uma educação anti-racista; tratar pedagogicamente as diversidades raciais, promovendo a visibilidade positiva do grupo negro no nosso país.

Nas últimas décadas, alguns educadores têm tentado fundamentar sua prática cotidiana direcionando-a, para uma educação anti-racista, o que abre maiores possibilidades de sucesso escolar para o aluno negro. Nesse construir, alguns princípios fundamentais têm norteado seus trabalhos.

2.1 - O RESPEITO PELAS DIFERENÇAS

Os alunos negros, identificados pelas feições independentes da consistência de cor da sua pele, constituem a maioria dos alunos repetentes, fora da faixa etária correspondente à série escolar cursada, bem como a maioria dos que evadem durante o ano letivo.

São alunos de baixa estima e de auto-conceitos, que foram condicionados a se identificarem como feios, sem inteligência, a não gostarem da cor da sua pele, nem dos seus cabelos e muitos afirmam não ser negros e sim morenos, “café com leite”, “cor de jambo”, “marrom bombom” e outros cognomes, a fim de esconder a sua real identidade e isso, revela a tentativa de branqueamento, como também, a introjeção e assunção dos valores ideológicos europeus.

Aqueles alunos não atendem pelo seu legítimo nome, são tratados por apelidos tradicionais e de modismo: preto, preta, preto feio, pretinha, preto nojento, imundo, negão, negro safado, neguinha, cabelo de tempero seco, azulão, cabelo de pimenta do reino, cabelo de tuim, picolé de asfalto, branca de neve, meia noite, diabo as queda, nego diabo, figura do cão, alma branca, macaco, monstro, nego gordo, Pelé, mussum, cuian, kintê, zulu, são algumas das alcunhas mais usadas e que representam uns dos fatores da exclusão, evasão e repetência escolar.

No que se refere à família, para Weber (1976, apud GOMES 2001, p.63) contesta estas idéias dos professores sobre o procedimento dos pais dos alunos das classes menos favorecidas com a seguinte frase: contrariamente às afirmações de professores, os pais são muito interessados pelos estudos dos filhos, apenas não manifestam seu interesse na forma esperada pela escola. Desta forma, a escola vai deixando de ser elemento destacado para a educação, como escreve GOMES: A escola se posiciona como entidade fechada, isolada, autônoma, sem tomar em consideração a história diversificada de sua clientela, que se relaciona a um passado familiar, a um presente familiar.

3. ALUNOS PROBLEMA

Os alunos repetentes normalmente são vistos como problema, obrigando o professor a constantemente replanejar suas ações, impedindo-o de usar técnicas e recursos do ano anterior e a redimensionar o seu conteúdo segundo os professores. Os repetentes causam “problema” nos grupos, são raros os que consideram úteis usando-os como uma espécie de monitores, pois já conhecem os conteúdos e podem auxiliar aos colegas.

Segundos os entrevistados são estes os alunos que mais causam preocupação na hora da avaliação final, muitos professores tendem a aprová-los para não serem obrigados a “aturá-los” pela terceira ou quarta vez, outros temem que, se reprovados novamente, desmotivem-se e abandonem a escola, vindo, indiretamente, a culpá-los por isso.

Nesta categoria estão os alunos apontados entre os que mais se distraem e os que mais apresentam comportamento indesejável na sala de aula. Apesar disso, nenhum professor manifestou interesse em verificar a causa deste comportamento, atribuindo ao Serviço de Orientação Educacional, à vice-direção de turno ou até à Supervisão Escolar o papel de detectá-la e trabalhá-la.

Para os repetentes ocorrem depoimentos muito significativos, como os que seguem:

- “Repetente é muito distraído. Já viram o que está sendo dado. Não há novidade para eles. Procuram se distrair de tudo que é jeito. (Professor de História)
- Repetentes são inquietos, perturbam a aula, conversam, levantam, gritam, mexem com os outros, brincam na aula. (Professor de Língua Portuguesa)
- Aluno repetente simplesmente diz: Isso já vi, não interessa, o que vou ficar fazendo aqui?
- Vira e mexe, o cara bagunça com a aula do camarada. (Professor de Educação Física)
- Os alunos repetentes nem estão, são tri-alienados nas coisas, nem procuram se enfronhar.

(Professor de Ensino Religioso)

- Quem repete uma vez, tem a tendência a repetir de novo. (Professor de Matemática)
- Repetente não quer ficar sentado, se revolta, bagunça. (Professor de Geografia)

Tal como no estudo dos professores Rache & Kude (1996), existe, aqui também, uma grande relação entre o fracasso escolar e a baixa expectativa do professor, porque a maioria dos alunos acaba repetindo mais de uma vez a série.

Raros são os professores que tentam justificar o comportamento do aluno repetente e dividir consigo a responsabilidade desta atitude adversa.

3.1 - ALUNOS COM NÍVEL CULTURAL MENOS ELEVADO SOFREM MAIS PRECONCEITO

Os professores responsabilizam o nível cultural dos alunos pelo conteúdo que desenvolvem, pelas técnicas e recursos que selecionam e, principalmente, o não êxito do seu ensino. Afirmam que os alunos não conseguem acompanhar por uma série de carências oriundas da família, comprometendo o seu trabalho.

Os professores, muitas vezes, confundiam o conceito de aluno de nível elevado, com alunos de família de baixa renda. Quanto aos alunos oriundos de família de baixa renda, a seguinte informação do professor Mariz (1995) se reflete neste estudo: " observa-se um descaso pela experiência extra-escolar das crianças de baixa renda. Toda a vida, fora de escola, destas crianças, parece não ensinar, ou somente ensinar o que não presta e que precisa ser desaprendido na escola. (p.70)

Constatamos que o nível cultural do aluno vai determinar os objetivos, os conteúdos, as técnicas e os recursos do professor; indica os alunos que "nunca aprendem"; os que mais recebem reprovação na escola e os alunos com pais que nunca aparecem na escola.

Os depoimentos que se seguem deixam claro esta idéia:

- Os alunos de classe sócio-econômica menos privilegiada ou se distraem demais ou são sapecas, são extremos. (Professora de Língua Portuguesa).
- Estes alunos não têm incentivo por parte dos pais, muitos analfabetos, não dão muita importância, não acompanham o estudo dos filhos. Já que o pai não dá incentivo em casa, na aula não se preocupa, porque não é interessante. (Professora de Matemática)
- A maioria desse pessoal ganha pouco e pai e mãe têm que trabalhar fora, à noite nem perguntam como foram de aula. São ignorantes mesmo. (Professor de Educação Física)
- Os pais têm vergonha de virem à escola, parece que se sentem desvalorizados na frente do professor, isso prejudica o aluno. (Professor de Geografia)
- Este aluno não vem com bagagem, apresenta dificuldades, não se aproveita nada deles. (Professora de História)
- O nível cultural influi muito. Em casa têm alunos que têm computadores e outros não têm nada. Em aula, o professor tem que se rebentar para fazer alguma coisa. Um mágico! (Professora de Ensino Religioso)

Os professores conseguem, desta forma, colocar no aluno a causa do insucesso do seu ensino, evidenciando, vagamente, um preconceito pelo estudante de nível sócio-cultural diferente do seu. E como diz Aronson (1979):"Se nos podermos convencer de que um grupo não vale nada, é subumano, estúpido ou imoral, isso nos ajuda a não nos sentirmos imorais, se desumanizarmos os membros do grupo, podemos privá-los de uma educação decente, sem que nossos sentimentos sejam afetados. (p.187)

Existe, constantemente, uma tendência dos professores a desconsiderarem a cultura da comunidade em que trabalham, esta é uma evidência de preconceito, pois um dos maiores determinantes deste sentimento, segundo Aronson (1979), é a "necessidade de status e de poder (p.187)

Este comportamento pode ser incoerente, por que: "É provável que a maioria destas professoras não possuíam em suas famílias de origem o mesmo status social que possuem, ou julgam possuir atualmente devido a sua ocupação ou instrução". Talvez porque, apesar da deterioração do prestígio da profissão do professor, pode ainda significar sucesso em alguns meios sociais mais baixos o desempenho dessa função. (Weber, 1976, p.131).

3.2 - AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A necessidade do ensino de cultura africana e afro-brasileira nas escolas faz parte de discussões de instituições envolvidas com o Movimento Negro há tempos. Mas apenas com o surgimento da lei em 2003, começou-se a trabalhar o pensamento em políticas educacionais, em geral as escolas passaram a pensar, e quando articulamos em escola, estamos introduzindo tanto o quadro de professores, quanto os alunos e a comunidade, pois estes estão inseridos no contexto escolar.

Nova perspectiva para lecionar a respeito da história africana é o que a lei propõe e os quais o projeto tentou atender.

Estes assuntos dizem respeito, por exemplo,

À história da ancestralidade e religiosidade africana; às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbabwe; ao tráfico e à escravidão do ponto de vista dos escravizados; ao papel de europeus, de asiáticos e também de africanos no tráfico; à ocupação

colonial na perspectiva dos africanos; às lutas pela independência política dos países africanos [...] vida e existência cultural e histórica dos africanos e seus descendentes fora da África. (BRASIL, 2007, p. 36).
Através de diversos materiais didáticos a respeito do assunto ter sido produzido sendo revisado nos conteúdos serem realizados a proporcionando desenvolver a prática pedagógica, a própria instituição não está engajada para promover o ensino voltado para a diminuição das desigualdades étnico-raciais. Todo este contexto e a própria Lei nº 10.639/03 se localizam em um campo mais tenso e complexo, isto é, o processo das relações étnico-raciais. O que queremos articular com o termo "relações étnico-raciais" ao pensarmos em políticas, projetos e práticas distribuídas para a implementação da Lei nº 10.639/03 enquanto uma alteração da Lei nº 9394/96 – LDB? São relações infundidas na alteridade historicamente no contexto de poder e da hierarquia racial brasileira, sendo que a raça age como forma de categorização social, interpretação política e identitária e demarcação de diferenças.
A maneira de como a raça age em nossa sociedade possibilita, que um grupo de intelectuais e militantes do Movimento Negro não desista do conceito de raça para falar sobre a realidade do afro descendente brasileiro, mas o adotem de uma maneira significativa na sociedade. Desta maneira, abdicam o sentido biológico de raça, já que todos concordam e sabem que com os progressos da ciência de que na sociedade não existem raças.
Para compreender as relações instituídas pelos sujeitos negros na sociedade, a maneira de como se notam e são vistos por Outros, a lógica e a constituição das classificações raciais e a vivência de experiências divididas nas quais a descendência africana se mostra como uma forte marca, determinados teóricos averiguam a abrangência do conceito de etnia para se referir ao negro brasileiro de forma isolada, o conceito de etnia traz elementos importantes, entretanto, ao ser tomado de maneira desarticulada da interpretação ressignificada de raça, termina se mostrando-se insuficiente para compreender os efeitos do racismo na vida de pessoas negras e nos seus processos identitários.

3.3 - REDUZINDO O PRECONCEITO

Para reduzir o preconceito é importante que se oportunize cada vez mais situações onde pessoas de diferentes descendências possam participar e se expressar, mostrando seu valor e o valor de sua raça; que nos cursos normal e de Licenciatura seja trabalhada a Psicologia Social, dando ênfase ao estudo das atitudes e preconceitos com vistas a instrumentalizar o futuro docente; que as escolas se abram para receber e manter no seu interior estudantes das mais diversas procedências, oferecendo as mesmas condições para todos; e que se comece a cultivar urgentemente valores relacionados com a essência de cada um, desvinculando a sua capacidade da sua procedência (família), da sua etnia, da sua classe sócio-econômico-cultural e religiosa.

CONCLUSÃO

Tendo conhecimento que seja impraticável uma escola igual para todos, esperamos que possa ser possível a construção de uma escola que reconheça que os alunos são diferentes, que possuem diversas culturas e que não só reformule o currículo, a partir da realidade existente dentro de uma lógica de igualdade e de direitos sociais e passem a praticá-las. Assim, podemos deduzir que a exclusão escolar não está relacionada somente com o fator econômico, ou seja, por ser um aluno de origem pobre, mas também pela sua origem étnico-racial.
No preconceito professor-aluno, é preciso que o educador saiba que espera, com sua postura e objetivos, despertar o desejo de saber do aluno, mas que esse desejo é despertado não só por questões conscientes, mas inconscientes, que fogem do controle desse professor, que exerce seu ofício e, por baixo, há o alvo da ação de transferências; o educador está abalizado por esse tipo de demanda e, inconscientemente, há o ganho narcísico; esse reconhecimento do seu eu- professor.
Em geral, quando os professores se deparam com alunos, revivem eles mesmos quando foram alunos e tiveram boas referências de escolas, no sentido de integrar valores e serem sujeitos do conhecimento.
O professor necessita trabalhar o assunto da autoridade absoluta. Tem que conhecimento de que existe um inconsciente entre o aluno e o professor, além da relação conscienciosa que ele pode aconselhar e que depende do seu anseio. A transferência do educando para o professor a forma de autoridade e confronta-o com tudo que essa autoridade representa. O educador acaba sendo o depósito desses desentendimentos e se estressa, procurando estudar a questão da indisciplina, que é uma das mais graves da Pedagogia de hoje, nos deparamos com todo um contexto de Psicanálise e Educação a ser estudado, entendido, começando pelo fato de que todo adulto perante uma criança depara-se, de fato, com sua própria infância recalcada. Que uma educação torna-se possível, precisamente, à medida que o adulto desdobra a diferença que medeia entre a criança que foi uma vez para outros e essa criança real junto à qual deve sustentar uma palavra educadora.
À medida que vamos convivendo com as pessoas e partilhando do seu trabalho, vamos conhecendo seus conceitos e preconceitos e chegamos, às vezes, até à cumplicidade de suas ações.